



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181231 - SP (2021/0223580-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 3A VARA CÍVEL DE MOGI GUAÇU -
SP
INTERES. : MARCOS LUIS ZOIA
ADVOGADOS : RIVADAVIO ANADÃO DE OLIVEIRA GUASSU E OUTRO(S) -
SP288863
CLAUDIA CAROLINE NUNES DA COSTA - SP409694
RENATA RIBEIRO NANTES - SP225071
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADOS : MARIA HELENA PESCARINI - SP173790
JEFFERSON DOUGLAS SOARES - SP223613
INTERES. : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADO : JUSUVENNE LUIS ZANINI - SP399243
INTERES. : UNIÃO

DESPACHO

Cuida-se de conflito negativo de competência entre o JUÍZO FEDERAL DA 1a. VARA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA (SJ/SP) suscitante, e o JUÍZO DE DIREITO DA 3a. VARA CÍVEL DE MOGI GUAÇU (SP) suscitado, no âmbito de ação ordinária ajuizada contra a CEF e a FUNCEF, em 2019.

No presente caso, não está configurado o caráter de urgência da demanda, razão pela qual não se justifica a jurisdição extraordinária do plantão.

Solicitem-se informações ao Juízo suscitado, no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente